

A TECNOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA NO INTERIOR DE MINAS GERAIS¹

Lucas Peixoto de Lima²
Carlos Alberto Máximo Pimenta³

Resumo: Este trabalho estuda o tema das tecnologias digitais, de como são utilizadas pelos órgãos nacionais de fomento à arte e à cultura, a partir das medidas impostas por editais municipais, estaduais e federais que inferem no planejamento e estruturação de projetos de organizações e agentes culturais que fazem uso destas políticas públicas. A pesquisa busca ainda, compreender como o uso destas tecnologias agem sobre os saberes e fazeres artísticos e verificar seu reflexo na geração de renda local. Problematisa-se a partir das limitações de acesso à internet existente nas regiões periféricas e interioranas do país, onde sabidamente há expressões culturais relevantes e também pela ausência de políticas culturais que abarcam agentes e artistas em situação de subalternidade, fora da lógica do capital e não abrangidos pelo Estado. Parte-se da pergunta: de que forma a tecnologia utilizada nas políticas públicas reflete na obtenção de fomento e geração de renda dos agentes e organizações culturais? Objetiva-se verificar como as políticas públicas afetam a dinâmica, em nível econômico, estrutural e social destes agentes. A metodologia praticada foi a busca e análise de dados em fontes secundárias, como leis, registros históricos, documentos e afins, e obtenção de dados primários através de entrevistas semiestruturadas com agentes culturais atuantes na microrregião de Itajubá. As medidas tomadas pelo Estado através das políticas culturais criam um interessante espectro de possibilidades que merecem atenção de pesquisas e verificação de suas efetividades.

Palavras-chave: políticas culturais, financiamento, subdesenvolvimento, agentes culturais.

AGRADECIMENTOS

À FAPEMIG⁴ - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais e à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio.

¹ Uma versão preliminar deste texto será publicada nos anais do IX Seminário Internacional de Políticas Culturais, realizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, de 15 a 18 de maio de 2018.

² Mestrando e bolsista da CAPES no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS) da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) - lucaspeixoto.cco@gmail.com

³ Professor no Instituto de Engenharia de Produção e Gestão – UNIFEI - carlospimenta@unifei.edu.br

⁴ Este trabalho é resultado das atividades científicas realizadas pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento (NEID), no PPG em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS), e das experiências de pesquisa desenvolvidas dentro do projeto Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul do Estado de Minas Gerais, financiado pelo PPM-X/2016 da FAPEMIG.

INTRODUÇÃO

A tecnologia conectou-se intrinsecamente ao cotidiano não só do indivíduo social mas também a todos os meios e entornos de suas relações. Não restringindo-se à mera ferramenta, na qual delimita-se em executar funções e servir de instrumento, amplia-se sua definição enquanto vista como um ator, que influencia, é influenciada, transforma e é transformada, amplia (e também limita) as fronteiras das redes nas quais se faz presente. A cultura, pelo olhar ocidental, por sua vez identifica-se como saberes e fazeres, signos e símbolos, tradições e costumes, perpassando práticas e códigos de sociedades e seus coletivos, no que toca à sua organização, dogmas e, também, o uso da tecnologia de seu tempo (CARVALHO, 2011). Tais conexões e intersecções entre a tecnologia, modernidade e cultura despertam a curiosidade e o interesse de diversos pesquisadores e estudiosos, como Néstor García Canclini⁵, Jorge González⁶ e Manuel Castells⁷, que buscam entender como se dão estas relações, apreendendo as minúcias, entranhas, fronteiras e suas complexas implicações, dados os conceitos disformes e voláteis destes dois termos.

É com este foco que o artigo estuda como as tecnologias influenciam no âmbito da cultura, mais precisamente nas políticas públicas culturais e seu caráter de “políticas de balcão”⁸ via editais de fomento. O Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), mais conhecido como Lei Rouanet, pelo montante movimentado é o principal meio de financiamento e fomento das artes e das culturas no Brasil, mesmo apresentando características duvidosas quanto ao seu funcionamento e eficácia. A participação na Lei Rouanet se dá exclusivamente via plataformas digitais, tal medida gera questionamentos uma vez que o acesso à internet é limitado em regiões periféricas e interioranas do país.

Parte-se, assim, para o seguinte problema: de que forma a tecnologia utilizada nas políticas públicas reflete na obtenção de fomento e geração de renda dos agentes e organizações culturais? Objetiva-se verificar como as políticas públicas afetam a dinâmica, em nível econômico, estrutural e social destes agentes.

⁵ Ver Culturas Híbridas (2015).

⁶ Ver Entre Cultura(s) y Cibercultur@(s) (2013).

⁷ Ver A sociedade em rede (1996).

⁸ Diversos autores apontam essa característica de editais de fomento, de natureza clientelista, onde são privilegiados projetos cujos autores possuam algum contato político, de influência, dentro das agências fomentadoras, que possam se beneficiar mutuamente.

Entende-se que o termo agente cultural se refere a indivíduos, grupos, organizações ou instituições que estejam ligadas a saberes e fazeres culturais, atuantes no cenário político, econômico, social ou artístico que permeiam a cultura. Estes agentes podem tanto pertencer ao poder público, como secretarias e secretários de cultura, podem pertencer ao poder privado, como empresas, consultores e prestadores de serviços, ao terceiro setor, como organizações não-governamentais e, por fim, à sociedade civil, como produtores independentes.

Com isso, foi feita uma investigação local, na microrregião de Itajubá/MG, que congrega 13 municípios, acerca da implementação de editais similares e da utilização das leis federais voltadas para a cultura. Tal pesquisa divide-se em duas etapas, a primeira, realizada em 2017 e ainda em curso em 2018, foi feita através de consultas a documentos, leis e registros públicos, bem como através de entrevistas semi-estruturadas com os representantes do poder público da cultura de cada cidade. A segunda etapa, a ser realizada no segundo semestre de 2018, investigará os agentes culturais civis e privados de Itajubá/MG.

O artigo divide-se em duas partes partes. A primeira apresenta um breve histórico sobre o desenvolvimento das políticas públicas nacionais da cultura e seu imbricamento com a tecnologia. A segunda faz a contextualização do *locus* de pesquisa e como esta foi executada, bem como traz a análise dos dados levantados.

POLÍTICAS CULTURAIS E SUA RELAÇÃO COM A TECNOLOGIA

O Brasil é um país rico e plural culturalmente, com imensa diversidade cultural. De norte a sul observam-se as mais variadas manifestações artísticas que refletem os costumes da cor local, influenciados por suas origens europeias, africanas e indígenas, e ressignificados ao longo dos anos, povos e territórios. No início do século XX deu-se o primeiro passo rumo à uma identidade cultural genuinamente brasileira, com a realização da Semana da Arte da Moderna em 1922 (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2011).

Influentes artistas da época, como Mário de Andrade e Oswald de Andrade, buscaram não só definir, mas investigar em toda a sua complexidade a representação artística e cultural do Brasil, das mais antigas e tradicionais matrizes do interior dos estados aos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas. Como afirmam Almeida e Gutierrez (2011, p.148), “desde a quebra de paradigmas na cultura da semana da arte

moderna de 1922 houve no Brasil, apesar das diferenças dos governos [...], a preocupação com a arte nacional”.

Após quase um século de formação e construção, a cultura nacional, suas políticas, abrangência, acesso e tudo que a tangencia são alvos de intensas discussões e pesquisas. No entanto, ainda existe uma certa fragilidade teórica no campo, pois os trabalhos que buscam uma discussão mais conceitual não são numerosos (REIS, 2011, p.1).

É neste contexto que as Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reforça os estudos e as reflexões acerca dos assuntos relacionados a cultura, através dos documentos da *Studies and documents on cultural policies*, publicados ao longo da década de 70. Como citadas por Reis (2011, p.2), nestes documentos define-se:

Política cultural é entendida como um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado. [...] “Política cultural” deve ser entendida como a soma dos usos conscientes e deliberada, de ação ou falta de ação na sociedade, visando atender a determinadas necessidades culturais por meio da utilização ótima de todos os recursos materiais e humanos disponíveis em uma sociedade em um momento determinado. (UNESCO, 1969, p. 10)

A crescente preocupação global com políticas culturais culminou com a inclusão do artigo 215 na Constituição Federal do Brasil de 1988: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

O recorte da UNESCO e o trecho da Constituição destacam dois vernáculos que exigem uma melhor compreensão: necessidades e direitos culturais. Reis (2011, p. 15) afirma que necessidades culturais são “consideradas como aquilo que é culturalmente importante ou fundamental a um indivíduo ou grupo, analisadas sob o ponto de vista estatal” enquanto que Bonavides ilustra que direitos “cabem ao indivíduo e existem por si mesmo, independentemente de estarem sendo respeitados” (*apud* Reis, 2011, p.15). Desvela-se assim que além de ser um direito conquistado ao longo das últimas décadas, o acesso à arte e cultura é de vital importância para o bem estar de uma sociedade.

No Brasil, a atuação do estado na cultura se dá pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC), proposto e organizado pelo governo Lula, em 2003. O SNC é “uma articulação

entre Estado e sociedade que pretende dar organicidade, racionalidade e estabilidade às políticas públicas da cultura” (BRASIL, 2011). Este sistema intenciona explorar profundamente a atuação cultural no país em todas as suas acepções, mapear a produção cultural, estabelecer metas e acompanhar a disseminação e aplicação de seus programas. Como parte integrante do SNC, em 2010, a Lei 12.343 instituiu o Plano Nacional de Cultura e criou também o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), um sistema integrado com a finalidade de acompanhar, avaliar e aprimorar a gestão da cultura e suas políticas públicas, por meio do compartilhamento de estratégias para gestão federal, estadual e municipal da cultura, possibilitando assim a padronização de indicadores culturais (BARROS *et al.*, 2011).

Este é um grande avanço para área, pois, claramente, é possível perceber que sem um mapeamento e identificação das produções nacionais a cobrança de políticas públicas é dificultada, como citado pela pesquisadora de indicadores culturais Rosimeri Carvalho da Silva:

Não há dúvidas de que as informações quantitativas sobre a cultura são importantes para diversas decisões, ações e avaliações que os diferentes grupos da sociedade tenham interesse em realizar. Como pesquisadora da área, já há algum tempo sentia falta de dados que permitissem análises mais sistemáticas do campo da cultura, o que é bastante difícil sem sistemas suficientemente desenvolvidos. Assim como a pesquisa, a construção de políticas culturais ganha com o desenvolvimento de estatísticas confiáveis e que proporcionem bases de avaliação das ações do Estado e dos governos. (Observatório Itaú Cultural, 2008, p. 45).

Ela ainda aponta em sua pesquisa que a centralização destas informações é importante tanto para os atores atuantes quanto para o público, uma vez que pode ser acessada e recuperada de forma mais rápida. Para que este sistema opere de forma adequada e precisa, deve partir de cada município o levantamento, a coleta e o armazenamento de dados referentes aos bens culturais, patrimônios culturais e instrumentos e equipamentos disponíveis. Esta ação não só contribui para o SNIIC como também é de extrema importância para se realizar um planejamento de atividades culturais voltadas para a sociedade civil (CNM, 2012). Esta coleta é feita pelas prefeituras e também por meio dos Pontos de Cultura, que já passam dos 14 mil pontos, atingindo a expectativa de se somar, até 2020, uma rede de 15 mil Pontos em funcionamento (BRASIL, 2012). Conforme descrito no SNC (BRASIL, 2011), a estruturação deste sistema ambiciona criar uma rede composta por sistemas de

informação gerenciais de gestão, monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações culturais.

Embora este movimento dos Pontos de Cultura e do SNIIC sejam amplos, tais ações vem surtindo pouco efeito no cenário político-cultural do país. Como explicado por Rubim (2017, p.51), a ausência de políticas culturais efetivas e pontuais, o autoritarismo imposto pelo mercado via leis de incentivo e a instabilidade devido a descontinuidades administrativas são os principais fatores que impedem uma boa gestão nacional da cultura, impactando diretamente na criação, produção e consumo das artes em todas as esferas da sociedade. Com a quase extinção do MinC após o governo Lula/Dilma, o futuro do SNC é incerto. Grupos artísticos e fomentadores da arte e cultura alicerçam-se nas leis de incentivo federais, estaduais e municipais para manterem-se presentes e realizarem suas atividades, uma vez que as estruturas legítimas de ação do poder público encontram-se ameaçadas pela fragilidade dos governos.

Com isso, a sociedade, em específico, os agentes fazedores de arte e cultura, vem desenvolvendo novas maneiras de se organizarem fora da lógica privativística e da mão pesada do Estado⁹, reunindo-se em coletivos, criando formas alternativas de financiamentos¹⁰ e de estruturas e práticas organizativas. Métodos de gestão coletiva e participação social vem sendo estudados uma vez que velhos hábitos não mais correspondem aos anseios e necessidades de uma área tão volátil, flexível e dinâmica como a cultura, moldando movimentos sociais que visam “o direito de conquistar (e gerir) direitos” (SCHERER-WARREN, 1993).

A principal lei de incentivo à cultura no Brasil é o Programa Nacional de Apoio à Cultura, chamada de Lei Rouanet e instituída em 1991, que canaliza, através de incentivo fiscal, a captação de recursos destinados ao fomento, acesso e disseminação da cultura (BRASIL, 1991). Segundo informações divulgadas pelo MinC, somente no ano de 2015, 5.408 projetos foram autorizados a captar recursos pela Lei, dos quais 3.154 captaram um montante de R\$ 1.1 bilhões referentes a doações e patrocínios feitos por incentivadores que se beneficiaram de renúncia fiscal (RUBIM e VASCONCELOS, 2017, p. 248). Considerando-se que as despesas empenhadas na função cultura nos

⁹ Sem a necessidade de grandes empresas patrocinadoras ou de financiamento direto do Estado via fundo perdido.

¹⁰ Há diversas plataformas *online* de financiamento coletivo de projetos, como o Benfeitoria (<https://benfeitoria.com/>) e o Catarse (<https://www.catarse.me/>). É comum também, no Brasil, o patrocínio de projetos pelo comércio e lojistas locais.

estados e Distrito Federal, naquele ano, foi de R\$ 2.39 bilhões (RUBIM e VASCONCELOS, 2017, p. 225), a quantia movimentada pela Lei é expressiva e representativa.

Mesmo que transpareça um sucesso econômico, a funcionalidade e aplicabilidade da Lei Rouanet já foram questionadas por diversos pesquisadores, pois trata-se de uma lei antiga que serve a políticas antigas e já provou-se inadequada ao atual cenário, uma vez que concentra-se largamente na região sudeste, fazendo uso de recursos públicos para sustentar o marketing de grandes corporações privadas (OLIVEIRA JUNIOR, 2011; BARROS, 2011; RUBIM et al., 2009; MACHADO, 2011). Com isso, a tendência geral é que a iniciativa privada concentre seus esforços na cultura para as elites e para as massas (CANCLINI, 2015), desfavorecendo assim as culturas e expressões populares. Essa relação verticalizada entre corporações e cultura não permite que “outros”, ou seja, a classe menos favorecida pelas políticas públicas culturais, falem, se expressem, sejam ouvidos. É uma relação “descendente, cega e surda” (GONZÁLEZ, 2012, p. 219).

De modo a inscrever-se e estar apto a financiamento via leis de incentivo, o proponente deve realizar sua inscrição exclusivamente através de uma ferramenta *online*, a exemplo da Lei Rouanet e dos Pontos de Cultura, que recebem projetos pelos Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) e do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv), respectivamente. A Lei Estadual de Incentivo à Cultura do estado de Minas Gerais também recebe inscrições exclusivamente via formulário *on-line*¹¹.

Estas imposições são problemáticas e exigem discussões, pois segundo estudos realizados por Neri (2012), quase um terço da população brasileira não possui acesso à internet (29,79%), a situação agrava-se mais ainda quando se trata do interior dos estados e nas regiões Norte e Nordeste, onde somente 10,98% da população possui acesso à internet. São números preocupantes e que nos fazem questionar sobre a real potencialidade do uso da tecnologia neste meio, ilustrado por Schwartz (2011): “O império do digital é avassalador e cria uma situação em que é absolutamente incerto e indeterminado se o resultado vai ser mais ou menos liberdade e diversidade”.

¹¹ Processo disponível em <<http://www.cultura.mg.gov.br/gestor-cultural/fomento/lei-estadual-de-incentivo-a-cultura>>, acessado em 13/04/2018.

O tensionamento proposto aqui caminha para o seguinte questionamento: a utilização de plataformas digitais facilita ou restringe o acesso à editais de fomento? A resposta a essa pergunta certamente não é simples de ser obtida. Enquanto as pesquisas de Neri apontam que a distribuição de acesso pelo Brasil é desigual, Schwartz faz um complemento, indagando se, de fato, as plataformas digitais atuam no sentido de democratizar ou de limitar as comunicações entre a sociedade e o poder público.

Uma vez que a modernidade se faz presente, seja pela tecnologia ou pelas práticas legislativas, é necessário adequa-la às diversas realidades do Brasil. Dificilmente uma lei federal será interpretada e vivenciada de forma homogênea em todos os estados da federação, é preciso identificar as nuances de cada território e adaptar-se de maneira a ser efetiva.

Os maiores usuários da internet, no Brasil, conformam uma classe econômica favorecida, jovens e de alta escolaridade, características que indicam aproximação e maior familiaridade com o uso da rede mundial de computadores¹². É diferente como esta relação de acesso à internet se dá em regiões mais ruralizadas, de baixo poder aquisitivo e baixa escolaridade, repercutindo de maneiras singulares quanto a democratização e acessibilidade dessas interfaces tecnológicas.

Necessário também levar-se em consideração que o modelo linear de inovação hegemonicamente aceito na sociedade é restritiva no âmbito da ciência e da tecnologia, uma vez que baseia-se numa visão determinista e instrumental desta. A ideia de inovação e desenvolvimento atrelado à modernidade, como vista por Schumpeter (1984), não é realidade comum para todo o mundo ocidental, principalmente sua porção colonizada, latina. Com isso, não é possível afirmar que “uma maior sensibilidade seja incorporada no processo de concepção de tecnologias ante as possíveis consequências sociais e ambientais negativas, principalmente por estar voltado fortemente para a competitividade” (DAGNINO *apud* CARLETTTO, 2011, p.29). As tecnologias, recursos tecnológicos, técnicas, carecem de um olhar crítico em relação à condição social, econômica e política nos contextos onde são empregadas no Brasil.

¹² Relatado por Isaura Botelho e Juliana Piesco em Novas tecnologias e as mudanças que elas provocam no mundo social: o impacto das TIC nas práticas culturais dos indivíduos, publicado em Cultura e Tecnologias no Brasil: um estudo sobre as práticas culturais da população e o uso das tecnologias de informação e comunicação, em 2017, pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Machado (2011) e Rubim (2009) confirmam o agravante das grandes corporações privadas serem os principais fomentadores de arte e cultura por intermédio da Lei Rouanet, pois ao concentrarem seus financiamentos nas capitais da região sudeste (RUBIM, 2009) relega-se levianamente o resto do território nacional à sua própria sorte, o que chega a ser um grande problema não só para o fomento mas também para a identificação e mapeamento da atuação cultural nestes locais, “uma vez que regiões do Brasil onde sabidamente há manifestações culturais riquíssimas não têm a expressão estatística correspondente, já que tais manifestações não ostentam resultados econômicos mensuráveis” (MACHADO, 2011). São consideradas também as premissas de Castells quando este afirma que:

“o que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados” (CASTELLS, 2016, p.70).

Estas duas informações criam um interessante espectro que deve ser investigado. O uso questionável das leis de incentivo que aparentam beneficiar mais o setor privado do que as manifestações artísticas, somado ao acesso que estas possuem em determinadas regiões criam uma visão distorcida e distante do real cenário cultural brasileiro. Parte-se da proposta fundamental: De que forma a tecnologia age sobre a gestão e a produção da cultura em diversas organizações e como estas utilizam-se de políticas públicas para atuarem e manterem-se ativas em suas comunidades, garantindo acesso à cultura e fazendo valer os direitos dos cidadãos brasileiros. Sem perder de vista o contexto local, participação do Estado e a presença da tecnologia, o artigo se guiará por estes princípios a fim de compreender uma parcela das práticas e dos costumes culturais da região de Itajubá/MG.

AS POLÍTICAS CULTURAIS NO INTERIOR DE MINAS GERAIS

A pesquisa é realizada na microrregião de Itajubá, configurando 13 municípios, são eles Brazópolis, Consolação, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis, Piranguinho, Piranguçu, Virgínia e Wenceslau Braz. Ao longo de sua história a pluralidade cultural e artística da região sempre foi rica, com

nomes que influenciaram gerações e deixaram o seu legado, a exemplo de Frutuoso Viana, Dércio Marques e os atuais Ivan Vilela, Grupo Telhado, Amilcar de Castro, André Vizotto, Domingos Tótora, Leonardo Bueno e cantos corais.

Em tempos recentes, surgiram na região diversos institutos, empresas, escolas, coletivos, agentes, gestores e produtores culturais que atuam como vetores de saberes e fazeres locais, trabalhando na fruição, fomento e democratização da cultura. Estes grupos se mantêm financeiramente de diversas maneiras, seja por patrocínios privados, investimento público ou de editais de fomento. De qualquer maneira, a ação destes grupos muitas vezes são as únicas formas de acesso à arte e a manifestações culturais que as populações periféricas e rurais possuem.

A organização de eventos, oficinas, escolas e afins não dependem somente da equipe organizadora e sua produção. É necessário uma rede de profissionais que oferecem seus serviços específicos para que determinado projeto aconteça, como artistas, oficineiros, fornecedores, professores etc, cuja função possa abordar transmissão de práticas e conhecimentos para o público. Essa atividade não só possibilita obtenção de renda para o agente vetor mas também para o público, que ao fazer uma oficina aprende uma nova prática e uma oportunidade de geração de renda.

Portanto, são estudados grupos, coletivos e institutos que atuam na microrregião de Itajubá como agentes fomentadores da cultura e a rede nas quais estão inseridos, possibilitando movimentos e oportunidade de geração de renda e fruição de saberes e fazeres. Esta escolha foi feita pensando na conjuntura do projeto Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul de Minas Gerais, inscrito no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento, dentro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá, cujas intencionalidades convergem com o tema deste artigo.

Itajubá localiza-se na porção sul do estado de Minas Gerais, equidistante de três das principais capitais do país, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Situa-se em um local estratégico e é referência para as pequenas cidades ao seu redor. A pesquisa foi realizada ao longo de 2017 e tem continuidade em 2018, identificando, através de entrevistas semi-estruturadas, como se dão as relações tecnológicas, de políticas culturais e organizacionais destes agentes, além de como a geração de renda se enquadra em seus saberes e fazeres.

Na primeira etapa da pesquisa foram feitas entrevistas com o representante do poder público responsável pelas pastas da cultura dos municípios. Estes serão identificados por letras, para manter o sigilo quanto a identidade dos indivíduos. A segunda etapa, a ser realizada ao longo de 2018, terá como foco artistas e agentes culturais dos municípios.

Para a representante “R”, o acesso a editais de fomento não tem se mostrado efetivo, uma vez que o contingente da prefeitura é reduzido, não tem quem o redija de forma eficaz. Um segundo motivo apontado foi a dificuldade em ter o projeto financiado, devido a falta de um “parceiro de dentro”, ou seja, alguma influência política que facilite o financiamento do projeto enviado. O mesmo problema foi relatado pelo representante “P”.

Em relação a cadastramento de artistas locais, as prefeituras de Brazópolis e Itajubá o realizam de forma constante. A primeira, de maneira presencial, em um ponto turístico da cidade. A segunda, através de seu *site* institucional. Ambos representantes relataram que a procura é muito baixa, seja por desinteresse, falta de incentivo ou de divulgação.

Somente o município de Itajubá possui seu cadastro no SNC completamente efetivado, com todos os passos concluídos. Isso já possibilitou, como relatado por “J”, parte do financiamento de um teatro para a cidade, já construído e em atividade. Com exceção de Paraisópolis, que se encontra com a adesão ao SNC quase finalizado, as demais prefeituras demonstram pouco esforço para a elaboração do Plano Municipal de Cultura, embora todos expressem interesse e reconhecem a importância de se fazer parte do SNC. O representante “P” relatou que foi importante o processo de inserção no SNC, pois a compreensão do sistema e as leituras exigidas lhe garantiram um entendimento mais profundo sobre o campo da cultura, refletindo positivamente em seu trabalho.

Apesar das diferentes estruturas, orçamentos e complexidade de cada uma das organizações municipais, dois fatores foram comuns a todas: a busca de patrimonialização dos bens materiais e imateriais dos municípios, com a finalidade de se aumentar o montante destinado à cultura com o ICMS Patrimônio Cultural, criado no estado através da Lei nº 12.040/95, conhecida como Lei Robin Hood; e a forte presença do Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas, uma instância de governança do turismo regional que presta serviços de consultoria e, de certa forma, auxilia todas as prefeituras a desenvolverem suas planos municipais de cultura e agirem efetivamente no

setor. Além disso, o Circuito atua sobre uma agenda comunitária, conciliando eventos e atividades culturais nas cidades de modo a formar um roteiro turístico que beneficie tanto as cidades quanto os turistas.

Os representantes “R”, “P” e “C” relatam que o orçamento de suas pastas de cultura provém quase que na totalidade da Lei Robin Hood, sendo de fundamental importância para a manutenção da pasta, como as folhas de pagamento e a realização de eventos e festas populares nos municípios. Os representantes “M” e “D” demonstram não conhecer muito bem os processos de como a lei funciona, já havendo perda de arrecadação devido a falta de prestação de contas. Isso ocorre devido ao fato de que, em todas as cidades, a elaboração do dossiê é feito por empresas privadas, que são contratadas para guiar os passos da prefeitura na obtenção do fundo. Cabe ao poder público a contratação destas empresas e tomar as ações indicadas por elas.

Em relação à Lei Rouanet, alguns projetos advindos da iniciativa civil, privada ou institucionalizada pela Universidade Federal de Itajubá, como o Festival Integrado de Cultura e Arte e o Natal no Campus, já foram executados via financiamento da Lei Rouanet, no entanto descontinuados dado o caráter temporário e pontual destes tipos de ações.

Esta primeira aproximação com as prefeituras serviu de porta de entrada para que novos contatos sejam feitos e a pesquisa possa ser efetuada de maneira mais abrangente e profunda ao longo do ano de 2018. A partir deste contato inicial pretende-se realizar entrevistas com os agentes culturais civis dos municípios, partindo de um mapeamento dos agentes culturais, artistas e artesãos dos municípios, identificar como cada um destes enxerga o plano municipal de cultura de sua cidade, interage com as leis de fomento e beneficia-se de seu saber e fazer cultural para a geração de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário político da cultura nacional encontra-se desestabilizado e desorganizado estruturalmente. Sem uma centralidade do Ministério da Cultura os estados e municípios alicerçam-se no SNC e desenvolvem suas próprias políticas e executam ações culturais e artísticas de maneira quase independente, o que pode ser observado também dentro das universidades públicas. Fica cada vez mais difícil para artistas realizarem seu trabalho de forma sistematizada e contínua. Corre-se o risco,

inclusive, de artistas e grupos renderem-se ao mercado globalizado e perderem suas expressões únicas e particulares de uma cultura tão diversa como a do Brasil.

A instância de poder público municipais das cidades visitadas são as principais utilizadoras das leis federais e estaduais voltadas para a cultura. O ICMS Patrimônio Cultural, lei estadual, tem sido uma importante fonte de arrecadação para a pasta da cultura dos municípios, que buscam consultorias externas de profissionais para realizarem o tombamento de seus patrimônios e obterem o benefício. Ficou evidente, nas entrevistas, que o próprio poder público não tem condições de elaborar os dossiês dos patrimônios, sejam os motivos por falta de tempo, de mão de obra qualificada ou conhecimento prático e técnico de como fazê-lo. Com isso, todas as prefeituras recorrem a empresas privadas especializadas, contratadas para redigir os documentos, tirar as fotos e realizar os trâmites burocráticos para a obtenção do ICMS Patrimônio Cultural.

O papel desempenhado pelo Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas tem sua atuação voltada para o turismo, com foco no desenvolvimento econômico dos municípios, tal ação intenta explorar os bens simbólicos, materiais e naturais existentes na região. Há ainda que se verificar a influência, ou a correspondência dos anseios, da sociedade civil em relação às atividades do Circuito.

Observou-se, de maneira geral, que a preocupação e os entendimento do poder público são mais voltados para o turismo, como as festas tradicionais, riquezas naturais ou produtos artesanais. Porém há duas excessões. O representante “P”, que atua diretamente com os conselhos da sociedade civil e trabalha em função das expressões culturais populares. E o representante “J”, que por sua vez, possui uma visão mais voltada para a alta cultura, ou artes eruditas, como orquestras e shows de dança. Nestes dois municípios é possível perceber a distinção clara que o poder público tem entre cultura e turismo, sem perder de vista a sinergia entre as duas potencialidades.

A participação em editais de fomento, sejam estaduais, federais ou privados, é desacreditado pelo poder público. A dificuldade na elaboração do projeto não é a única barreira, a aprovação e o financiamento mostram-se impossíveis de se obter sem a presença de atores influentes dentro das instituições que abrem os editais. Tal fato reforça o levantamento teórico do caráter “política de balcão” dos editais de fomento.

A questão do uso da tecnologia não se mostrou um impedimento nas instituições do poder público, não de forma clara e direta. Todas as prefeituras dispõem de

computadores e acesso à internet, bem como pessoas capacitadas para sua eficaz utilização.

Pretende-se, a partir deste ponto, obter um mapeamento e identificação de agentes culturais e artistas e artesãos atuantes na microrregião de Itajubá que estejam em situação de subalternidade, fora das lógicas convencionais de estruturação, independentes, e a totalidade das tecnologias e políticas públicas utilizadas por estes para que possam efetuar suas ações e obter geração de renda a partir de seus saberes e fazeres culturais.

Por fim, a realidade a ser investigada na sociedade civil desvelará um cenário mais completo sobre a situação das políticas culturais e como estas são vivenciadas no sul de Minas Gerais, pelos artistas, agentes culturais e poder público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marco A. B.; GUTIERREZ, Gustavo L. *Análise do desenvolvimento das práticas urbanas de lazer relacionadas a produção cultural no período nacional-desenvolvimentista à globalização*. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.25, n.1, p.137-52, jan./mar. 2011.

BARROS, José M. A sociedade civil e a educação na proteção e promoção da diversidade cultural. In: BARROS, José M.; KAUARK, Giuliana (org.). *Diversidade cultural e desigualdade de trocas: participação, comércio e comunicação*. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, 2011.

BRASIL. *As metas do Plano Nacional de Cultural*. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

_____. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. *Lei nº 8.313*, de 23 de dezembro de 1991.

_____. Ministério da Cultura. *Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC*. Brasília: MinC. 2011.

CANCLINI, Néstor G. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. – 4. ed. 7. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CARLETTTO, Márcia R. *Avaliação de impacto tecnológico: reflexões, fundamentos e práticas*. 1ª ed. Curitiba: Ed. URFPR, 2011.

CARVALHO, Edgar A. *Cultura e complexidade: um trajeto antropológico*. Universidade Federal de Alagoas, 2011.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 17ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

Confederação Nacional de Municípios – CNM. *Cultura: A organização do Sistema Municipal*. Brasília: CNM. 2012.

GOHR, Claudia F; SANTOS, Luciano C.; SCHWINGEL, Angela W. *Gestão de projetos de eventos culturais: um estudo em uma universidade pública federal*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados. 2011.

GONZÁLEZ, Jorge A. *Entre cultura(s) y cibercultur@(s): incursões e outras rotas não lineares*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

MACHADO, Jurema. A diversidade cultural e o enfrentamento da desigualdade. In: BARROS, José M.; KAUARK, Giuliana (orgs.). *Diversidade cultural e desigualdade de trocas: participação, comércio e comunicação*. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, 2011.

NERI, Marcelo C. *Mapa da Inclusão Digital*. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012.

OLIVEIRA JUNIOR, José. Fomento e financiamento: compartilhar responsabilidades para cidades melhores. In: BARROS, José M.; OLIVEIRA JUNIOR, José. (orgs.). *Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural. 2011.

REIS, Paula F. *Estados e Políticas Culturais*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2011.

Revista Observatório Itaú Cultural. São Paulo: Itaú Cultural. 2008.

RUBIM, Antonio A. C. *Agentes culturais: delimitações e contextos de atuação*. Salvador: RUBIM-UFBA, 2017.

RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre; COSTA Leonardo. *Mapeamento da formação e qualificação em organização cultural no Brasil*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2009.

RUBIM, Antonio A. C.; VANCONCELOS, Fernanda P. (orgs.). *Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e Distrito Federal*. Salvador: EDUFBA, 2017.

SANTOS, Boaventura de S. *Um discurso sobre as ciências*. 5. Ed. São Paulo: Cortez. 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. Edições Loyola, São Paulo, Brasil. 1993.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo, democracia*. São Paulo: Zahar, 1984.

SCHWARTZ, Gilson. Diversidade cultural versus determinismo tecnológico no Brasil. In: BARROS, José M.; KAUARK, Giuliana (orgs.). *Diversidade cultural e desigualdade de trocas: participação, comércio e comunicação*. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, 2011.

UNESCO. *Cultural policy: a preliminary study*. UNESCO: Paris, 1969.